

Resenhas de Eventos

VI Seminário Latino-Americano e II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 26 a 30 de maio de 2010.

Entre os dias 26 a 30 de maio de 2010, ocorreu em Coimbra, Portugal, o VI Seminário Latino-Americano e II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, organizado pelo Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, do Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra. O seminário teve como temática central “A Sustentabilidade da ‘Gaia’: Ambiente, Ordenamento e Desenvolvimento”, que foi subdividida em cinco eixos: 1) Identidade Epistemológica e Desafios da Geografia Física no Início do Século XXI; 2) Expansão e Democratização das Novas Tecnologias em Geografia Física: Aplicações Emergentes; 3) Geodinâmicas: Entre os Processos Naturais e Socioambientais; 4) Riscos Naturais e a Sustentabilidade dos Territórios; e 5) Geografia Física e Cultura: Geopatrimônio e Geoturismo.

O evento foi dividido em conferências, apresentações de trabalhos orais e pôsteres, visitas técnicas de campo e homenagens a professores e pesquisadores que têm se destacado na carreira acadêmica. Os homenageados foram os professores José Mateo, da Universidade de La Habana (Cuba); José Queiroz Neto, da Universidade de São Paulo (Brasil); e Fernando Rebelo, da Universidade de Coimbra (Portugal). A visita de campo buscou abordar os principais temas discutidos ao longo do seminário, tendo como destino o Norte de Portugal. Entre as cidades visitadas estavam Braga e Porto, além do Parque de Peneda-Gerês, o único parque nacional do país, localizado na fronteira com a Espanha.

As conferências e trabalhos apresentados no eixo temático 1 foram os que melhor cumpriram um dos principais objetivos do seminário: debater o futuro da geografia física. Durante a mesa-redonda formada após as conferências desse eixo, ressaltou-se a relevância dos enfoques metodológicos da geografia física para o estabelecimento de modelos de gestão territorial direcionados a um desenvolvimento sustentável, sendo destacada uma mudança no foco dos trabalhos da área. Se nas décadas passadas a perspectiva de estudo estava vinculada ao passado e presente, com trabalhos relacionados ao diagnóstico e zoneamento, hoje predominam os estudos prognósticos, com o estabelecimento de cenários e modelos, visando o planejamento territorial. Discutiui-se ainda a aplicação da “Teoria de Gaia” e do trabalho de Damásio (1994), intitulado “Erro de Descartes” nas geociências.

O maior número de trabalhos foi apresentado no eixo temático 3, em que os conceitos de geoecologia e geossistema foram bastante discutidos pelos diversos autores. O amplo espaço conferido à geoecologia fez surgir um debate acerca da diferenciação desta em relação à biogeografia, uma vez que para alguns participantes ambas convergem em seus princípios básicos. Embora poucos trabalhos tenham sido apresentados no eixo 2, este mereceu destaque pelo grande aporte de propostas metodológicas para trabalhos voltados ao planejamento ambiental. A utilização crescente do geoprocessamento e do sensoriamento remoto como subsídios para os trabalhos de geografia física foi observada não só nesse eixo, como também no decorrer de todos os demais eixos temáticos do seminário.

Stella Peres Mendes

XVIII Annual Colloquium of the IGU-Commission on the Sustainability of Rural Systems, organizado por Irit Amit, Bar-Ilan University, Ramat-Gan, Israel, 6 a 16 de julho de 2010.

A Comissão Sobre Sistemas Rurais Sustentáveis da União Geográfica Internacional (UGI) realizou sua reunião anual de 2010 junto ao Congresso Regional da UGI, em Telaviv, Israel. A organizadora do evento, que contou com o suporte da Universidade Bar-Ilan em Ramat-Gan, foi a Prof. Dra. Irit Amit-Cohen. A reunião da comissão em formato de pré-congresso ocorreu no período de 6 a 12 de julho e estendeu-se em sessões do congresso principal da UGI, de 12 a 16 de julho. O fio condutor dos trabalhos foi a temática “Sustentabilidade em Transição e as Mudanças das Faces das Áreas Rurais: as Dimensões Ambiental, Social, Cultural e Econômica”. Como é de praxe dessa comissão, o evento foi dividido em duas partes: 1) apresentação de trabalhos trazendo contribuições sobre o espaço rural de diferentes países, e 2) visitas técnicas de campo para apresentar um pouco da dinâmica rural do país anfitrião que, no caso de Israel, enfocou a temática da paisagem cultural das áreas rurais imbricada de história, simbolismo e política.

Os trabalhos apresentados estavam distribuídos em sete sessões: 1) Paisagem Rural Cultural e Patrimônio Cultural; 2) Mobilidade Geográfica e Seus Impactos Sociais e Econômicos Sobre as Comunidades Rurais; 3) Multifuncionalidade e Dinamismo das Áreas Rurais; 4) Gestão da Paisagem Rural; 5) Políticas Agrícolas e Políticas Rurais no Desenvolvimento Sustentável; 6) Gestão dos Recursos Naturais em Áreas Rurais; e 7) O Impacto do Turismo no Espaço Rural. Essas sessões fizeram parte do pré-congresso e suas temáticas foram retomadas em outras duas sessões realizadas no Congresso Regional da UGI. As subtemáticas expressam a riqueza dos trabalhos, abrangendo uma diversidade de processos associados ao espaço rural, bem como papéis diferenciados da dinâmica rural, com todos os países afeitos aos processos de reestruturação socioespacial frente à globalização e internacionalização da economia agrícola e rural, e à urbanização de áreas rurais.

Tanto nos trabalhos como nas visitas de campo, ficam evidentes as novas funções do espaço rural e os dilemas no enfrentamento de processos de resistência, resiliência ou de adaptação dos atores e comunidades rurais aos novos contextos. Do ponto de vista aplicado, esses dilemas se traduzem em novas políticas e gestão da diversidade de processos rurais considerando a escala local, o lugar e a região. Do ponto de vista acadêmico, refletem novas matrizes e bases teóricas de investigação. Enfatizou-se o relato de pesquisas em escala local e, nesse sentido, sobressaíram os trabalhos sobre comunidades rurais fundamentados em teorias sociais, principalmente no capital social. Pesquisas oriundas de países em transição de regimes socialistas a capitalistas evidenciaram as contradições e disparidades socioeconômicas e espaciais em curso na nova economia. Uma situação semelhante ocorreu nos colóquios da comissão de anos anteriores, particularmente o realizado na Eslovênia, em 2009, que concentrou maior número de geógrafos agrários de países do Leste Europeu. Foi possível também estabelecer um paralelo entre a dinâmica rural de Israel e a de outros países mediterrâneos, ex-anfitriões das últimas reuniões da comissão, no que se refere à crescente importância do turismo em áreas rurais. Esse assunto foi evidenciado nos colóquios ocorridos em Marrocos, em 2007, e na Espanha,

em 2008. Neste último, destacou-se ainda as semelhanças quanto à intensa urbanização e conversão de áreas e ocupações rurais em áreas urbanas.

Um assunto que teve destaque no tocante às comunidades rurais israelitas referia-se ao impacto e desestruturação de comunidades judaicas de *moshavim* e *kibbutzim*, que vivenciaram processos impostos de deslocamento e reassentamento de populações para, no caso desse país, atender às questões políticas do conflito árabe-israelense. Paralelos de desestruturação social, perda de identidade e de coesão comunitária refletidos na vida pessoal e em comunidade dessas populações ocorrem semelhantemente em qualquer situação de deslocamento forçado de populações rurais expulsas de suas terras. Um exemplo comum é a construção de barragens, aeroportos, estradas, entre outras obras de infraestrutura de grande porte. No caso específico de Israel, a construção e desconstrução de assentamentos rurais está associada a estratégias político-militares e demonstra a importância que o espaço rural, sua população e uso da terra podem assumir em países e regiões de conflito armado e guerras. A questão de apropriação e ocupação de terras com uso rural associada a interesses geopolíticos de conquista e de manutenção de território é comum e conta com vários exemplos na história antiga e recente em diferentes partes do mundo.

Por outro lado, a ênfase histórica e cultural do colóquio expôs a força da ocupação rural em moldes coletivistas e comunais dos *moshavim* e dos *kibbutzim* na construção da união e da identidade do povo e do próprio Estado de Israel – realização de concepções marxistas admiradas por seguidores e idealistas socialistas das décadas de 1960 e 1970 em diversos países. Conhecer *in loco* e entender a constituição planejada dessas formas de ocupação rural de cunho dos mais socialistas, bem como o estilo de vida e todo o seu simbolismo foi, sem dúvida, uma rica e inédita experiência.

Retomando o foco da paisagem, nas visitas de campo, foi enriquecedor observar o encontro do presente com o passado em um mesmo tempo e lugar: camadas arqueológicas em meio à vida moderna, sítios e símbolos religiosos do passado em meio à religiosidade do presente, convívio e conflito em um *continuum*. Foi bastante significativo conhecer um espaço rural onde se entrelaçam de maneira das mais visíveis cultura, história, economia e política. Esse espaço foi desnudado aos participantes de modo a atender à proposta dos organizadores do evento, ao definirem o tema condutor dos trabalhos de pesquisa das sessões acadêmicas e da apresentação em campo de um pouco da dinâmica rural de Israel.

Ana Maria de Souza Mello Bicalho

IGU Regional Conference, Commission on the Cultural Approach in Geography, The IGU Israeli National Commission for Geography, Tel Aviv, Israel, 12 a 16 de julho de 2010.

Nos dias 13 e 14 de julho de 2010, a Comissão de Abordagem Cultural em Geografia (Commission for Cultural Approach in Geography) organizou cinco sessões inseridas no Congresso Regional da União Geográfica Internacional (UGI), realizado em Tel Aviv, Israel, seguindo quatro eixos temáticos: 1) A Produção Turística da Cultura Mediterrânea; 2)

Perspectivas Geográficas Sobre o Ano do Melhor Entendimento Global Entre as Nações Unidas; 3) Perspectivas da Abordagem Cultural da Paisagem; e 4) A Guinada Cultural na Geografia Econômica e a Guinada Econômica na Geografia Cultural.

A sessão sobre interpretação cultural das atividades turísticas envolveu o estudo de casos apresentados por geógrafos de países localizados na região do Mediterrâneo e no Norte da Europa, que também foi o tema central da reunião anual da Comissão, realizada em julho do mesmo ano, na Suíça. Os eixos temáticos sobre cultura, paisagem e entendimento global foram coletâneas de trabalhos dispersos, sem integração significativa, que abordavam desde a alteração climática relacionada à mudança cultural até as perspectivas geográficas sobre religião e o “fim do mundo”.

As duas sessões intituladas “A Guinada Cultural na Geografia Econômica e a Guinada Econômica da Geografia Cultural” estavam mais integradas em torno da proposta de superar as diferenças teóricas entre as duas perspectivas geográficas, seguindo uma tendência já em curso na geografia econômica, de explorar dimensões culturais associadas a questões econômicas, tais como as práticas sociais no lugar do trabalho, as especificidades regionais na divisão global do trabalho e as desigualdades étnica e de gênero existentes dentro e entre países. As apresentações versaram questões de comunidade, migração, economia cultural e grupo religioso relacionadas ao desenvolvimento local em diversos países de quase todas as regiões do mundo.

Scott William Hoefle

Workshop Sobre Cartografia Social e Território na América Latina, organizado por Henri Acselrad, IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 21 a 23 de julho de 2010.

O evento foi bastante rico. A palestra de abertura foi proferida por Charles R. Hale (University of Texas, Austin, Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies), que discorreu sobre lutas territoriais, apropriações neoliberais e a paixão pelo possível.

A mesa 1, com o tema “Cartografias e Tramas Territoriais” e coordenação de Henri Acselrad; a mesa 2, sobre “Mapeamento do Território e Organização da Sociedade” e coordenação de Maria Barroso Hoffmann; e a mesa 3, com o tema “Financiamento, Produção e Controle da Informação Social” e coordenação de Carlos Vainer, versaram mais sobre as diferentes concepções de mapas sociais e os problemas teórico-metodológico-técnicos enfrentados. A mesa 4, sobre “Técnica e Linguagens da Representação Social” e coordenação de Ana Maria Daou, discutiu a experiência de diferentes participantes na elaboração de seus respectivos mapas sociais.

Na ocasião, foi dito que a “cartografia social” resulta de uma ampla participação social. Ressaltou-se nesse encontro que há uma divergência entre a cartografia convencional, ou “cartografia do Estado”, e aquela dos grupos socialmente menos favorecidos. A primeira sempre foi considerada a cartografia a serviço do poder e serve para garantir ou legitimar conquistas – como diria I. Lacoste, é a cartografia que serve “antes de tudo para fazer as guerras”. Se esta é vista como instrumento do Estado, a outra é quase sempre fruto da luta engajada de grupos sociais.

Todavia, ambas – a “cartografia social” e a cartografia convencional ou geográfica – são diferentes e podem (quase sempre) até ser complementares. Elas podem e devem dialogar entre si. No entanto, a questão central, associada ao diálogo entre as cartografias convencional e social, é dar conta das articulações entre escalas ou da análise associada das variáveis globais e locais.

Maria Célia Nunes Coelho

Seminário Regional Sobre Novas Fronteiras do Biodiesel na Amazônia: Limites e Desafios da Incorporação da Pequena Produção Agrícola, organizado por Júlia Adão Bernardes (UFRJ), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2010.

Em agosto de 2010, foi realizado na cidade de Cuiabá, em Mato Grosso, o seminário regional “Novas Fronteiras do Biodiesel na Amazônia: Limites e Desafios da Incorporação da Pequena Produção Agrícola”. O evento coordenado pela Profª. Dra. Júlia Adão Bernardes foi o resultado dos 3 anos de pesquisa do projeto homônimo aprovado pelo CNPq (Edital MCT/CNPq/CTA Agro/CTBio, nº 39/2007 – Tecnologias de Vanguarda para a Produção de Etanol e Biodiesel).

O seminário teve como objetivo aprofundar o debate sobre as formas de incorporação da pequena produção agrícola à produção do biodiesel. Nessa ocasião, foram discutidos temas envolvendo a questão energética no Brasil e no mundo, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e o selo social. A pesquisa priorizou a escala regional, enfocando o estado de Mato Grosso inserido na escala nacional, onde operam as instituições decisivas que promovem as transformações econômicas, políticas e sociais. A escala da região Nordeste, contudo, também foi contemplada.

A mesa de abertura contou com a presença de autoridades, entre as quais a coordenadora do projeto, a reitora da UFMT, pró-reitores da universidade e representantes do Poder Público. Em seguida, o geógrafo Ariovaldo Umbelino Oliveira, da Universidade de São Paulo (USP), proferiu a conferência “Técnica e Modernização do Território”. Em sua palestra, Ariovaldo discorreu sobre o mito da viabilidade econômica, analisando o processo de concentração nas redes agroindustriais e associando a expansão da produção de bioenergia aos interesses das empresas transnacionais.

O seminário foi estruturado em quatro mesas redondas, que contaram com a participação de diferentes sujeitos sociais e envolveram representantes de instituições públicas gestoras do PNPB, representantes dos agricultores familiares, pesquisadores universitários e profissionais do terceiro setor, contemplando os seguintes eixos temáticos:

- Cenário atual da produção do biodiesel, seus impactos, impasses e alternativas.
- Desafios na inserção da pequena produção agrícola na produção de biocombustíveis.
- Biodiesel: dilemas técnicos, políticos, sociais e ambientais.
- As diferentes realidades regionais do selo social.

No trabalho apresentado pela geógrafa Gisela A. Pires do Rio discutiu as várias *fronteiras e escalas* da política energética a partir do PNPB, destacando o papel desse programa na transição energética, os riscos de determinada opção e a incorporação da agricultura familiar à cadeia de biocombustíveis. A originalidade desse trabalho reside na identificação das contradições existente na construção da transição energética em múltiplas escalas.

Tratando do tema políticas públicas, Júlia Adão Bernardes analisou como as políticas que envolvem o selo social combustível, concretizadas em distintos contextos nacionais e sustentadas por determinados arranjos político-econômicos, vêm contribuindo para a inclusão social da agricultura familiar, procurando interpretar a realidade social via território.

Entre as demais contribuições apresentadas nos referidos eixos temáticos, destacam-se os seguintes aspectos concernentes à expansão da produção do biodiesel: incremento de importantes processos de reestruturação produtiva nos últimos anos na agropecuária brasileira; novas formas de territorialização do capital no campo; fortalecimento das redes agroindustriais, com perda de soberania de várias ordens; nova divisão territorial do trabalho no setor.

A conferência de encerramento, intitulada “Novas formas/novos sistemas: a geografia do presente”, ficou sob responsabilidade da pesquisadora Denise Elias (UECE). Além de sintetizar palestras e sua contribuição para o desenvolvimento da pesquisa e da temática ambiental e social, o encontro levantou as seguintes questões norteadoras da agenda da pesquisa, a partir do seminário:

- Seria o PNPB um caminho para a soberania energética brasileira, ou se trata de mais uma face do capital, mais um produto ideológico, mais um mito como tantos outros já criados?
- Considerando os processos sob gestão dos principais conglomerados associados às redes agroindustriais, é condizente pensarmos que será possível a expansão do biodiesel com a inserção não excludente dos agricultores familiares?
- Qual o alcance das políticas de produção do biodiesel, sem a mudança das formas de produção e consumo nas quais está centrada a sociedade atual?

Finalmente, nesse seminário, que teve a análise da crítica à técnica como eixo orientador, foi destacada a singularidade da fronteira tecnológica do biodiesel em Mato Grosso. Esta envolve lógicas e interesses fortemente divergentes, promovendo o surgimento de tensões e demandando nova ordem territorial. A importância do trabalho de campo foi ressaltada na medida em que possibilitou a atualização do pensamento crítico sobre o PNPB.

Em suma, o seminário atingiu seu principal objetivo ao favorecer o estabelecimento do diálogo entre saberes, ao vislumbrar novos caminhos para a análise da incorporação da agricultura familiar ao PNPB e refletir sobre as formas de uso do território.

Júlia Adão Bernardes
Marcos Vinícius Velozo da Costa

III Encontro Latino-Americano de Ciências Sociais e Barragens, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil, 30 de novembro a 3 de dezembro de 2010.

O III Encontro Latino-Americano de Ciências Sociais e Barragens foi realizado entre 30 de novembro e 3 de dezembro de 2010. A Universidade Federal do Pará e o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, em Belém, acolheram os participantes no recém-inaugurado Centro de Convenções Benedito Nunes. Este, por sua vez, nos faz imaginar como seria bom se, em *campi* alhures, pudéssemos dispor de estrutura similar: conforto ambiental, discricção de cores neutras e repousantes, iluminação bem distribuída e cadeiras confortáveis que auxiliavam a manter a atenção durante as longas sessões. O telão de projeções mereceu ponto negativo, pois descia à frente da mesa dos palestrantes e os obrigava a descer até a plateia para, em seguida, retornarem aos seus lugares. O evento foi bem organizado. A equipe de apoio comandada por Edna Castro merece destaque: simpática, prestativa e eficiente. Completa esse quadro o Café Arthur, no próprio Centro de Convenções, situado à esquerda da porta principal, digno ponto de encontro para assuntos mundanos, atualizações diversas e esboços de projetos futuros (não necessariamente nessa ordem!)

A terceira edição desse encontro, que reúne pesquisadores, representantes de movimentos sociais e profissionais de diferentes formações interessados na temática, propôs uma reflexão sobre o conjunto de mudanças que nos é imposto pela decisão de construir de barragens, seja de uma grande usina hidroelétrica, seja de uma pequena central hidroelétrica, açude etc. Numerosos palestrantes, pesquisadores, caciques, representantes do ministério público e de movimentos sociais (Movimento dos Atingidos por Barragens [MAB]), mestrandos e doutorandos com as mais variadas formações (jornalismo, antropologia, sociologia, geografia, economia e, em menor número, ciências ambientais) de praticamente todos os estados do Brasil estiveram presentes. Sendo uma proposta de abrangência latino-americana, a presença de representantes de países sul-americanos foi mais expressiva em relação à participação de pesquisadores oriundos de países da América Central e de mexicanos.

O organograma do evento contou com sete mesas redondas, além da mesa de abertura. Concentradas no período da manhã e sem simultaneidade, as mesas da segunda parte ficaram um pouco atropeladas. Estenderam-se muito além do horário previsto, repercutindo no início das sessões temáticas. Estas, por sua vez, foram agrupadas em nove sessões, cuja simultaneidade (além de minha condição de coordenadora de uma das sessões, e apresentadora de outra) impossibilitou qualquer avaliação de minha parte das sete sessões em que estive ausente. Detenho-me, por essa razão, aos temas apresentados nas mesas redondas. E digo que esses temas foram apenas apresentados, pois os participantes das mesas não manifestaram polarizações nem divergências significativas em torno de posições teóricas e práticas. Havia mais complementaridade do que antagonismos.

Em seu conjunto, as mesas refletiram preocupações de movimentos sociais, indígenas, cientistas sociais e procuradores vinculados ao Ministério Público sobre os impactos não apenas da construção efetiva de uma UHE, como também da decisão anunciada pelos governos referente à intenção de realizar essa obra. Nesse registro, o complexo do

rio Madeira e principalmente as UHEs Belo Monte e Tucuruí pautaram as apresentações. A participação do cacique Raoni Kayapo-Metuktire e Megaron Kayapo-Metuktire (além de outros representantes de povos indígenas também presentes) indicou a pressão e urgência do debate com os sujeitos locais no processo de tomada de decisão (mesa 5). Ao dar voz a vários representantes indígenas e ao MAB, o encontro afirmou a importância de contar com relatos vivos e denúncias de vítimas diretamente envolvidas, em contraposição aos veículos de comunicação factuais, acrílicos e tendenciosos nos quais pouco espaço lhes é dado.

Os relatos não esgotam toda complexidade da questão sobre a construção de barragens para diferentes fins. É lamentável que a noção de vítimas permaneça associada exclusivamente à população removida do local. Desterritorialização e reterritorialização, embora mencionadas, não mereceram uma reflexão aprofundada.

O papel do Ministério Público Federal, na elucidativa e eloquente apresentação do promotor Felício Ponte Junior, se baseia na importância de fazer avançar o direito ambiental associado aos direitos humanos. Conquistas importantes estão sendo alcançadas nesse campo. Tanto a apresentação por Carlos Vainer do Relatório da Comissão Especial ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (mesa “Direitos Humanos e Barragens: Remoções Forçadas, Reassentamentos e Direito à Moradia”) como aquela feita por Marijane Vieira Lisboa na mesa “As Barragens de Belo Monte: Processo Decisório, Licenciamento e Conflitos”, sobre a plataforma DHESCA (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), forneceram indicações de conquistas na aplicação efetiva do direito ambiental.

Mas a formação substantiva dos cientistas sociais é questão fundamental no comprometimento do pesquisador e em sua capacidade de ver a realidade e dar voz aos sujeitos. Na mesa intitulada “Ciência, Cientistas e Democracia”, Henri Acselrad abordou as formas do pensar associadas aos interesses hegemônicos e a necessária reflexão contra-hegemônica, bem como a busca de alternativas politizadoras de noções e conceitos cada vez mais naturalizados.

A proposta de exercício de prospectiva ficou a cargo de Phillip Fearside e Francisco Del Moral na mesa “Hidroelétricas e Mudanças Climáticas: Perspectivas Para o Século XXI”. Em registro similar, questionaram aceções recorrentes, como a reduzida contribuição das barragens para o efeito estufa, as fragilidades na argumentação sobre a complementaridade da capacidade de geração de hidroeletricidade nas bacias brasileiras, as incertezas quanto às ações de descomissionamento de barragens, entre outros. A ausência de um representante do setor elétrico evitou polarizações exacerbadas, contudo produziu efeito negativo nos aspectos relacionados à ideia do debate.

A mesa “Planejamento Territorial e Planejamento Setorial” concentrou-se na oposição e contradição entre essas duas modalidades de planejamento. Chamou atenção a reflexão de Carlos Brandão sobre a necessária construção de utopismos frente à lógica mercantil, de “financieirização” e “comoditização”, que domina o país. A ideia de que o país tornou-se uma plataforma a ser apropriada necessita encontrar forças e movimentos que limitem tal predação. Essa última se manifestou tanto no processo de implantação de Tucuruí como na atual construção do complexo do rio Madeira.

O balanço é positivo quanto à intenção de consolidar uma rede de pesquisa em torno da temática. No entanto, foi lamentável que numerosas exposições tenham mantido o foco central em estudos de caso, como se houvesse uma dissociação entre as decisões de construção de Tucuruí, complexo Madeira e Belo Monte. Resta torcer para que o próximo encontro explicitite as contradições das diferentes sociedades e dos movimentos sociais em relação às barragens.

Gisela A. Pires do Rio

